



Prefeitura de
Fortaleza

A FORTALEZA QUE QUEREMOS

CAROS/AS FORTALEZENSES:

Iniciamos a segunda fase do Projeto Fortaleza 2040 e, para isso, apresentamos este caderno de trabalho onde as instituições e grupos organizados da cidade poderão participar na construção da cidade que desejamos ter.

O caderno possui uma breve explicação sobre o que está proposto para discussão nesta fase, um resumo sobre alguns indicadores importantes para a discussão e os modelos de relatórios que deverão ser encaminhados pelos participantes para a coordenação do projeto.

Acompanha no seu final um breve glossário para facilitar a compreensão de alguns dos termos técnicos utilizados nessa discussão.

Esperamos pela sua participação.

O PLANO FORTALEZA 2040

O Plano Fortaleza 2040 se compõe de um Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade e de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, e servirá para orientar ações públicas e privadas voltadas para a construção de uma cidade com alta qualidade de vida, mais próspera, sustentável, justa e preparada para se proteger das ameaças e aproveitar oportunidades que se apresentem. Considerando que se trata de uma estratégia de curto, médio e longo prazos, o Fortaleza 2040 não é um plano do Governo Municipal e nem sequer dos governos, é um plano da sociedade.

Ele está sendo elaborado seguindo três fases encadeadas:

1. A Cidade que Temos (Fortaleza Hoje) - uma descrição sobre como a cidade de Fortaleza veio se desenvolvendo até os dias de hoje, composto de uma Interpretação Urbanística sobre a Forma Urbana de Fortaleza, estudos de sua acessibilidade e mobilidade, bem como estudos temáticos, setoriais e de cenários do contexto externo.

2. A Fortaleza que Queremos – explicitação da visão que a sociedade tem do futuro desejado para Fortaleza nos próximos 25 anos e os principais desafios que se apresentam para transformar Fortaleza nesta cidade desejada.

3. O que fazer para alcançar a cidade que queremos – identificação das A Cidade que Temos fontes de recursos, dentre outras questões, para construir a Fortaleza que queremos (o que precisa ser feito para chegar lá?)

Concluimos a primeira fase com a contribuição de centenas de técnicos e milhares de moradores, na qual foram gerados diversos estudos resumidos no documento “Fortaleza Hoje”. Entramos agora na segunda fase: “A Fortaleza que Queremos.”

A SEGUNDA FASE DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Nesta segunda fase do Plano iremos construir uma visão de futuro sobre a “Fortaleza que Queremos”, ou seja, como Fortaleza deverá estar no ano de 2040. Para isso os resultados dos estudos realizados na primeira fase deverão ser apropriados e discutidos de modo a permitir um confronto entre a realidade de hoje e o desejo de futuro.

Sugerimos um conjunto de grandes questões que, juntas, somam a vida na cidade,

considerando o seu meio ambiente, o uso do seu espaço e sua forma urbana, a mobilidade e acessibilidade, a vida comunitária, a participação política, enfim, os vários componentes que, conjuntamente constroem a cidade.



O QUE DISCUTIR

O ponto de partida para a discussão deverá ser o documento intitulado “Fortaleza Hoje”, que reúne as contribuições de todos os setores participantes durante a primeira fase em um amplo diagnóstico sobre a situação atual da cidade.

Este documento deverá ser lido e criticado, sendo que as sugestões para sua melhoria deverão ser encaminhadas em um formulário próprio juntamente com o relatório de cada grupo ou instituição. O modelo deste formulário se encontra neste documento.

A partir das informações disponibilizadas no conjunto de documentos que compõem a “Fortaleza Hoje”, os grupos e instituições deverão discutir cada um dos itens propostos buscando entrar em consenso sobre:

Como deseja que a cidade esteja em 2040? – descrever como se deseja que a cidade esteja no final do Plano

Quais os desafios que necessitam ser enfrentados para isso? – identificar quais os atuais empecilhos que se colocam e que precisam ser superados para que a situação desejada se estabeleça.

A discussão poderá se dar de uma maneira geral, sugerindo uma visão de futuro que resuma o pensamento do grupo ou da instituição, ou seguindo temas, a exemplo do que se deu na primeira fase.

São temas essenciais para esta discussão:

1. Contexto Social e Vida Comunitária: Incluem questões relacionadas à vida comunitária, segurança, educação, saúde, cultura, esportes, habitação e regularização fundiária.

a) **Vida Comunitária** - Integração e organização social, lazer e interação comunitária, direitos humanos, políticas de atenção especial à juventude, idosos, primeira infância, pessoas com deficiência, LGBTQTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), grupos étnicos, mulheres, dentre outros.

b) **Segurança** - Prevenção e repressão à violência, mediação de conflitos, policiamento, delegacias, guaritas policiais, iluminação pública, acesso à justiça, desigualdade, drogas, vulnerabilidade da juventude.

c) **Educação** - Creches, escolas, faculdades, universidades, profissionais de educação, qualidade do ensino, jogos escolares e transporte escolar.

d) **Saúde** - Atendimento, postos de saúde, hospitais, programas de prevenção, medicamentos, profissionais de saúde, qualidade da saúde, equipamentos e ações disponíveis.

e) **Cultura** - Celebrações, manifestações, saberes e fazeres, atividades, equipamentos,

políticas culturais, gestão do patrimônio cultural material e imaterial.

f) **Esporte** - Práticas e espaços comunitários, equipamentos e programas públicos de atividade física e esportes.

g) **Habitação e Regularização Fundiária** - Acesso à moradia, assentamentos precários, déficit habitacional, regularização fundiária, requalificação urbana com inclusão social, sistemas de infraestrutura domiciliar (redes de água, esgoto, eletricidade, coleta de lixo, iluminação pública e drenagem).

2. Desenvolvimento Urbano: Inclui questões como a forma urbana da cidade, uso do solo, a maneira como se distribuem as oportunidades e atividades, infraestrutura urbana e equipamentos públicos em seu território, a coerência da localização de oferta de sistemas de transportes públicos e locais de moradia, emprego e renda, tratamento dos espaços públicos de integração, mobiliário urbano, organização de policentralidades, o Centro da Cidade, dentre outras questões que afetam a qualidade de vida na cidade.

3. Mobilidade Urbana e Acessibilidade: Inclui questões relacionadas a sistema de transporte público, sistema viário, qualidade das vias e passeios, paradas de ônibus, adequação da infraestrutura urbana, espaços e edificações para pessoas com deficiências ou dificuldades temporárias de locomoção (deficientes físicos, idosos, gestantes, etc.), sinalização, segurança de pedestres, ciclistas e motoristas, congestionamentos, tráfego e acidentes de trânsito, eliminação de barreiras que dificultam a acessibilidade e deslocamentos na cidade, planejamento do uso do solo para aproximar locais de moradia aos locais de trabalho e estudos.

4. Meio Ambiente e Patrimônio Paisagístico, Cultural e Ambiental: Inclui questões como cobertura verde, solo, subsolo, ecossistemas, unidades de conservação, recursos hídricos (rios, riachos, lagoas), biodiversidade, áreas de proteção, praias, patrimônio paisagístico, poluição ambiental, redução da emissão de gases de efeito estufa, taxa de permeabilidade do solo, dentre outros.

5. Saneamento e infraestrutura domiciliar: Inclui questões como coleta e reciclagem de lixo e demais resíduos sólidos (lixo domiciliar, lixo e resíduo industrial, comercial, hospitalar, etc.), sistema de esgoto, água, sistema de drenagem urbana e energia.

6. Participação e Controle Social: Inclui questões relacionadas às formas de participação da população na gestão municipal, audiências e consultas públicas, compartilhamento da gestão do espaço público (população e poder público), geração e difusão de conhecimento sobre e para a cidade para toda a comunidade, acesso à informação e transparência na gestão pública.

7. Economia, Mercado de Trabalho, Emprego e Renda: onde se inclui questões relacionadas a oferta de emprego e renda, taxa de desemprego, inserção produtiva e social de jovens que não estudam e não trabalham, produtividade e competitividade das empresas, setores estratégicos, oportunidades, inserção no mercado de trabalho.

ELABORAÇÃO E ENVIO DOS RELATÓRIOS

Concluídas as discussões, os relatores preencherão os relatórios seguindo o modelo solicitado pelo projeto, no qual deverão resumir o pensamento do grupo e registrar como se deu e quem participou nas discussões.

O relatório em formato digital editável (arquivo de texto/Word) deverá ser enviado dentro do prazo solicitado em cada uma das reuniões para o seguinte email:

fortaleza2040@fortaleza.ce.gov.br

O acesso aos documentos e formulários digitais, assim como a possibilidade de contribuir individualmente, pode ser feito pelo site do projeto:

www.fortaleza.ce.gov.br/fortaleza2040.

MODELOS DE RELATÓRIOS

1. CRÍTICAS AO DOCUMENTO FORTALEZA HOJE

Localização (página, item)	Sugestão de alteração	Justificativa para isso

Obs. Incluir linhas quando necessário.

2. RESUMO DAS PROPOSIÇÕES DO GRUPO PARA A CONSTRUÇÃO DA VISÃO DE FUTURO DA FORTALEZA QUE QUEREMOS.

Identificação (nome do bairro ou da instituição):
Local(is), data(s) e quantidade de participantes:
Breve descrição da dinâmica desenvolvida (como se deu a discussão?):
Nome do responsável pelo preenchimento do relatório
Email:
Telefone de contato:

COMO DESEJA QUE A CIDADE ESTEJA EM 2040 COM RELAÇÃO A:			Quais os desafios que necessitam ser enfrentados para isso?
Contexto social e vida comunitária	Vida comunitária		
	Segurança		
	Educação		
	Saúde		
	Cultura		
	Esporte		
	Habitação e regularização fundiária		
Desenvolvimento urbano	Forma urbana e uso do solo		
	Qualidade dos espaços públicos e mobiliário urbano		
	Centro da cidade		
Mobilidade urbana e acessibilidade	Sistema viário e gestão de tráfego		
	Transporte público		
	Ciclovias e passeios (ciclistas e pedestres)		
	Acessibilidade universal (adequação das edificações e espaços para pessoas deficientes)		
Meio ambiente e patrimônio paisagístico	Meio ambiente		
	Patrimônio cultural paisagístico		
	Controle de poluição (sonora, do ar, dos recursos hídricos, etc.)		
Saneamento e infraestrutura domiciliar	Coleta de lixo e gestão de resíduos sólidos		
	Água		
	Esgoto		
	Drenagem		
	Energia		
Participação e controle social	Formas de participação da população na gestão municipal		
	Acesso à informação e transparência na gestão pública		
Economia, mercado de trabalho, emprego e renda	Mercado de trabalho, emprego e renda		
	Produtividade e competitividade das empresas		

**VISÃO DE FUTURO
A FORTALEZA QUE QUEREMOS**

**RESUMO DE ALGUMAS
QUESTÕES CHAVES**



Para que em 2040 Fortaleza seja uma das melhores cidades do Brasil para viver e para empreender, com boa qualidade de vida, economia competitiva e dinâmica, meio ambiente preservado, redução e controle eficaz de poluentes, e com equidade social tanto no acesso aos serviços públicos, principalmente educação de qualidade, quanto na desconcentração de renda, acompanhado da forte redução da pobreza, faz-se necessário que Fortaleza torne-se uma cidade segura na qual as pessoas andam e circulam com conforto, bem arborizada, com calçadas amplas e regulares, sem violência e tensões do trânsito, espaço de gentilezas e cordialidades, com forma urbana planejada que preserve seu patrimônio natural e cultural, reduza a dependência do uso de veículos, onde a maioria dos deslocamentos diários (entre casa-trabalho ou casa-escola) possam ser realizados a pé ou por meio de transporte não motorizado (bicicleta), espaço de conectividades e resgate o papel dos espaços públicos enquanto espaços privilegiados de convívio social, de encontros e celebrações, de exercício cotidiano da cidadania com governança democrática e participativa, pautada no diálogo permanente entre os poderes públicos, comunidade e sociedade organizada.

Esta visão de futuro para a cidade se desdobra em vários componentes que devem ser discutidos diante da atual situação em que se encontra Fortaleza hoje.

1. CONTEXTO SOCIAL E VIDA COMUNITÁRIA

O contexto social da cidade é assim marcado por uma desigualdade social e espacial nada pacífica, tendo em vista que Fortaleza está na lista das dez cidades mais violentas do mundo. Por sua vez, o Relatório da Organização das Nações Unidas “State of the World Cities 2010/2011: Bridging the urban Divide” classifica Fortaleza na quinta posição das cidades mais desiguais do mundo. Esta desigualdade manifesta-se na ocupação espacial de sua população visto que, dentre os 120 bairros existentes na cidade, 33% deles apresentaram renda pessoal média abaixo do salário mínimo de acordo com o censo do IBGE 2010 e 75,6% deles apresentaram uma renda pessoal média abaixo de 2 salários mínimos.

De acordo com o mesmo censo, nove dos dez bairros mais ricos estão localizados em uma única região da cidade: a regional II (Meireles, Guararapes, Cocó, De Lourdes, Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres, Varjota e Praia de Iracema), enquanto dos dez mais pobres, seis estão localizados na regional V: Bom Jardim, Granja Portugal, Genibau, Siqueira, Canindezinho e Parque Presidente Vargas.

Os indicadores que apontam tal situação são o Índice de Pobreza e o Índice de Gini.

ÍNDICE DE POBREZA (% DE PESSOAS QUE GANHAM ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO)

A sociedade brasileira está marcada pela desigualdade social e pelo grande índice de pobreza, reflexo do modelo de desenvolvimento econômico, político e social adotado no país. A pobreza no Brasil decorre dos grandes índices de desigualdade social, onde a distribuição de bens e riquezas se deu de forma desigual. Para o DATAsus, o índice de pobreza é medido pela proporção (%) da população residente com renda domiciliar mensal per capita de até ¼ do salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores. O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série. Em 2010, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 2,6% da população de Florianópolis estava abaixo da linha da pobreza. Em seguida, as capitais com menores índices de pobreza são Curitiba, Belo Horizonte e Vitória, respectivamente, com 3,8%, 5,6% e 6,0%. Fortaleza, com 13,6%, se posicionava, em 2010, um pouco melhor que Salvador (14,2%) e Recife (15,1%).

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Belo Horizonte (2010)*
Índice de Pobreza (% de pessoas que ganham até 1/4 salário mínimo)	13,6	5,6%

Fonte: IBGE/PNAD, 2010

(*) Capital brasileira dentre as que apresentaram os melhores resultados no indicador, mais comparável ao perfil de Fortaleza.

ÍNDICE DE DESIGUALDADE (GINI)

Esse índice é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). A Região Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade na distribuição do rendimento do trabalho

(0,523). O Atlas de Desenvolvimento Humano estabelece também comparações entre as metrópoles brasileiras. Em Fortaleza, o índice em 2010 era de 0,61, pouco abaixo de Salvador (0,63) e Recife (0,68). Em posição mais favorável entre as capitais brasileiras mais populosas, destacam-se Florianópolis e Curitiba, que registraram um índice de Gini de 0,54 e 0,55, respectivamente, em 2010. Sob esse critério, essas capitais são as menos desiguais do país.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Curitiba (2010)
Índice de Gini	0,61	0,55

Fonte: IBGE/PNAD, 2010

1.1. VIDA COMUNITÁRIA

Ao longo de sua evolução Fortaleza vem perdendo espaços necessários para a vida em comunidade, em especial as praças e logradouros públicos, que sofrem restrição de uso pelo temor diante da violência urbana em grande parte da cidade. Atualmente as oportunidades de integração se dão de forma desigual onde alguns bairros possuem espaços apropriados para isso e outros não.

Outro desafio da cidade é assegurar os direitos de convivência aos setores mais vulneráveis da sociedade, a exemplo da juventude e de grupos LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), que são vítimas recorrentes de violência, bem como de pessoas com deficiência, idosos e a população mais vulnerável da primeira infância.

1.2. SEGURANÇA

Em Fortaleza, a taxa de homicídios por 100 mil/hab., em 2002, era de apenas 18. Dez anos depois saltou para 69. Dentro da faixa etária de 15 a 29 anos esta taxa variou de 35,8 em 2002 para 164,3 em 2012. Informações criminais da Secretaria de Segurança Pública e defesa social do Estado do Ceará revelam que o maior número de homicídios acontece na periferia da cidade. Em um levantamento feito no mês de janeiro de 2015, 73% dos homicídios aconteceram nessa região da cidade. No carnaval do mesmo ano, por exemplo, 95% dos homicídios aconteceram na periferia da cidade.

A situação dos homicídios em Fortaleza e Região Metropolitana envolve a acentuação de problemas relacionados à violência urbana. O tráfico de drogas, em geral, é apon-

tado como um dos elementos que tem influenciado a curva crescente de homicídios na cidade.

Segundo os relatos dos grupos dos bairros, a violência em seus bairros envolve quase sempre os mesmos problemas, e está fortemente associada às drogas, incluindo disputas territoriais entre gangues de e traficantes pelo controle da área e eliminação sistemática de inimigos, vinganças e “acertos de contas” entre bandidos, ação de grupos de extermínio e crimes de pistolagem. A violência reflete também um elevado grau de tensão e intolerância que geram conflitos e desentendimentos banais, culminando com mortes violentas. Na visão da sociedade, expressa na consulta, vários bairros não contam com postos de policiamento, e consideram que a instalação de mais postos ajudaria a impedir ou reduzir a violência. No entanto, mesmo onde existe alguma forma de atuação ostensiva da polícia, a violência e a insegurança da comunidade continuam sendo um problema sério e um comprometimento da qualidade de vida.

TAXA DE HOMICÍDIOS

Fortaleza apresentou em 2012 uma taxa de homicídios por cem mil habitantes da ordem de 69, sendo a 2a.cidade do país com maior índice de violência. A média das capitais nordestinas é de 55,3. Esse quadro prejudica a qualidade de vida e a segurança deve ser considerado um direito de cidadania, pois significa liberdade (respeito ao indivíduo) e ordem (respeito às leis e ao patrimônio), que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento estimam que os custos da violência atingem 10% do PIB, algo em torno de R\$ 130 bilhões. Esses recursos deixam de gerar empregos na cadeia produtiva, de investimentos e consumo, favorecendo a expansão apenas dos serviços especializados de segurança.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Recife (2012)
Homicídios em 100 mil habitantes	69,0	40,4

Fonte: Mapa da Violência, 2015

MORTES NO TRÂNSITO

O relatório “Retrato da Segurança Viária no Brasil”, realizado pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), coloca Fortaleza atrás apenas de Recife no ranking das cidades que mais matam no trânsito em 2012. De acordo com a pesquisa, a cada 100 mil habitantes, a taxa da cidade é de 27,1 óbitos. A capital com melhor condição é

Porto Alegre, cuja taxa é de 11,7. A média nacional é de 30,1 mortes a cada 100.000 mil habitantes. De acordo com um ranking divulgado na edição de setembro de 2009 da IR-TAD - International Road Traffic and Accident Database, base de dados do International Transport Forum, a Holanda ficou com o menor coeficiente de mortalidade no trânsito por população no mundo em 2008, ano em que alcançou uma taxa de 4,1 mortes a cada 100.000 habitantes. Em seguida vem: Reino Unido (4,3), Suécia (4,3), Suíça (4,8), Japão (4,8), Noruega (5,3), Alemanha (5,4), Israel (5,6), Irlanda (6,3); Finlândia (6,4) e França (6,6). Para 2040, espera-se que o índice de óbitos por 100 mil habitantes em Fortaleza alcance os níveis dos países da União Europeia em 2008, ou seja, o percentual de 5%.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Salvador (2012)
Óbitos em 100 mil habitantes	27,1	16,5

Fonte: DATASUS/IBGE, 2012

HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS

Segundo o relatório Mapa da Violência 2014 – Os Jovens do Brasil, Fortaleza apresentava, em 2012, a taxa de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, de 176,6 por 100 mil habitantes, ficando abaixo apenas de Maceió e João Pessoa, respectivamente, com 218,1 e 177,8. A capital brasileira com melhor índice é São Paulo (28,7), seguida por Florianópolis (33,9) e Campo Grande (36,4). O relatório alerta que as taxas juvenis são extremamente elevadas, destacando-se que em 2012 elas mais que duplicam as taxas totais (38,5 por 100 mil as taxas totais e 82,7 as juvenis). A totalidade das capitais da região Nordeste, excetuando-se Teresina, ultrapassam a elevada barreira dos 100 homicídios por 100 mil jovens, e ainda Maceió, superando a dos 200 homicídios por 100 mil. Somente Belém, Manaus, Vitória e Goiânia, capitais fora da região Nordeste, ultrapassam também os 100 homicídios por 100 mil jovens. Entre as capitais brasileiras, São Paulo é que apresenta a menor taxa: 28,7 jovens assassinados por 100 mil.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Recife (2012)	Média das capitais do Brasil
Homicídios em 100 mil habitantes	176,6	116,2	82,7

Fonte: SIM/SVS/MS, 2012

1.3. EDUCAÇÃO

Apesar das conquistas e melhorias nos indicadores da educação ao longo dos anos, ainda há muito que avançar na educação pública em Fortaleza (Municipal e Estadual), havendo ainda grande defasagem entre as notas obtidas (IDEB) pelas escolas públicas em relação às notas obtidas pelas escolas privadas, o que, de um modo geral, ocorre em praticamente em todas as capitais e cidades brasileiras.

O uso mais intensivo das escolas ocorrerá naturalmente com a ampliação das turmas em tempo integral, no entanto resta ainda grande demanda comunitária e de outras instâncias de governo e organizações sociais a atender, que consiste em intensificar o uso dos espaços das escolas nos horários em que estes equipamentos não estejam ocupados pela atividades da grade curricular, de forma a ampliar ainda mais a oferta de atividades voltadas à inserção social e produtiva de adolescentes, atividades que promovam a integração comunitária, práticas de esporte e cultura. Outro problema identificado é a carência de maior integração entre a política pública de educação e outras políticas públicas (meio ambiente, desenvolvimento econômico, cultura, assistência social, direitos humanos, dentre outras), demanda apresentada por setores da comunidade e por gestores de outras políticas públicas.

Ainda muito focado na apreensão de conhecimento, o currículo escolar brasileiro não tem se mostrado eficaz no desenvolvimento cultural do cidadão, no desenvolvimento de seu senso coletivo, de cidadania e civilidade, desenvolvimento da responsabilidade social e ambiental, que fortaleça princípios e valores éticos, a tolerância, que permita perceber a diversidade como riqueza, desenvolver atitudes proativas, empreendedoras, humanitárias e pacíficas.

1.4. QUALIDADE DO ENSINO

A qualidade do ensino nas escolas municipais de Fortaleza até 2013 ainda deixou a desejar, quando medida pelo IDEB-Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (anos finais) obtiveram apenas nota de 3,8 (numa escala de zero a dez) o que compromete o desenvolvimento humano da cidade e a melhoria de vida dos jovens e sua formação intelectual e profissional. Além disso, as limitações da educação tem um efeito negativo na economia e na produtividade das empresas de Fortaleza. Para ter uma ideia da situação de Fortaleza, Belo Horizonte tinha, em 2013, um IDEB de 4,5 nos anos finais - ainda deficiente embora melhor que o de Fortaleza.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2013)	Dado de referência Belo Horizonte (2013)	Dado de referência Curitiba (2013)
Nota do IDEB fundamental anos iniciais (escolas municipais)	4,6	5,7	5,9
Nota do IDEB fundamental anos finais (escolas municipais)	3,8	4,5	4,7

Fonte: INEP/MEC, 2013

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Segundo o Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, publicação do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fortaleza apresentou uma taxa de 45,4% de pessoas entre 18 a 20 anos com médio completo, um pouco abaixo de Recife (46,7%) e acima de Salvador (41,8%). Este índice representa a razão entre a população nessa faixa etária que já concluiu o ensino médio em quaisquer de suas modalidades e o total de pessoas multiplicado por 100. As pessoas de 18 a 20 anos ainda frequentando a 4a.Série do ensino médio foram consideradas como já tendo esse nível de ensino. A capital com melhor situação é Florianópolis, com 63,4%, seguida por Curitiba (57,8%), Belo Horizonte (52,8%) e São Paulo (50,5%). Para 2040, espera-se que Fortaleza evolua na taxa de escolarização do ensino médio e que supere a taxa média da melhor capital, ou seja, o percentual de 70%.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Curitiba, (2010)
Taxa de escolarização do ensino médio	45,4%	57,8%

Fonte: INEP/MEC, 2013

1.5. SAÚDE

Nos últimos anos houve grande progresso na ampliação da cobertura do programa Saúde da Família, aumento da taxa de médicos na rede pública municipal por habitante, redução das taxas de mortalidade infantil, ampliação da rede de saúde do município, ampliação de atendimentos, realização de exames e distribuição de medicamentos, impactando na melhoria de vários indicadores.

Por outro lado, morte por causas externas passaram a assumir os primeiros lugares dentre as várias causas de morte, principalmente quando se trata de jovens, uma vez que nesta classificação se inserem mortes por acidentes e assassinatos. Somente o IJF atende diariamente entre 40 a 80 pessoas (a depender do dia da semana) vítimas de acidentes de motos.

Outro problema que compromete de forma crescente a saúde de muitas pessoas em Fortaleza é o consumo de drogas, demandando do poder municipal contínua ampliação dos serviços de acolhimento e tratamento. Além de prejuízo à saúde, o consumo termina por gerar uma série de conflitos, inclusive entre o usuário e sua família.

Apesar dos avanços, nos relatórios elaborados pelas comunidades dos bairros (ver revista “O Olhar dos Bairros”) há a indicação que ainda há muito o que melhorar no sistema de saúde pública, uma vez que ainda encontram postos de saúde sem os médicos plantonistas presentes, gerando demora no atendimento, grande demora para realização dos exames solicitados pelos médicos, além de recorrente falta de medicamentos.

EXPECTATIVA DE VIDA

Segundo o Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, publicação do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fortaleza apresentou no Censo Demográfico de 2010 uma idade média de 74,4 anos de expectativa de vida ao nascer, praticamente idêntica ao encontrado para Recife (74,5) e Salvador (75,1). Este índice representa o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade prevaletentes no ano do censo. A capital com melhor situação é Florianópolis, com 77,35 anos, seguida por Porto Alegre (76,42), São Paulo (76,3) e Vitória (76,28).

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Porto Alegre (2010)
Expectativa de vida ao nascer	74,40 anos	76,42 anos

Fonte: IBGE, 2010

1.6. CULTURA



Concluído o Plano Municipal de Cultura, em 2015 foram realizados grandes sequências de fóruns e seminários para elaboração dos planos regionais (07 regionais) e setoriais (12 setores culturais) de forma amplamente participativa. Pelos levantamentos realizados, é perceptível que ainda remanesce intensa vida cultural nos bairros de Fortaleza.

Apesar do fomento realizado pelos órgãos públicos que tratam da política cultural através de editais (SECULTFOR, SECULT, Minc), além das leis de mecenato, grande parte dos projetos e atividades culturais realizados nos bairros de Fortaleza são produzidos com recursos da própria comunidade e/ou captados, tendo em vista que os recursos de editais públicos são insuficientes para suprir o apoio desejado, sem falar que boa parte destes recursos financiam festejos e manifestações populares antes organizadas e realizadas pelas próprias comunidades nos espaços públicos de seus bairros, ou mesmo projetos ganhadores que beneficiam um público bastante restrito se comparado ao universo de profissionais e mestres da cultura cuja atuação no campo cultural só ocorrem às custas de grandes sacrifícios pessoais. Mesmo com o grande impacto da cultura na transformação do cidadão, em sua integração social, na redução da intolerância e violência, na inserção social e produtiva, na melhoria de sua capacidade cognitiva, na ampliação da visão e perspectivas de vida e autoestima da comunidade, no Brasil a cultura ainda não é percebida como atividade ou investimento prioritário, restando para a execução das políticas de cultura orçamentos insignificantes se comparados aos da saúde e educação (para os quais existem leis definindo percentuais orçamentários obrigatórios a cumprir), embora o desenvolvimento cultural, dada sua transversalidade, viria a afetar de forma direta e indireta, indicadores da saúde, educação e segurança pública, sem falar na capacidade de ampliar diretamente a felicidade e bem estar da comunidade.

1.7. ESPORTE

A prática de esportes em Fortaleza é condicionada pelo acesso aos equipamentos disponíveis, pela existência de programas públicos ou privados e, em diversos casos, à condição sócio econômica dos seus moradores. A cidade não dispõe de uma ampla rede de equipamentos esportivos. Estádios de futebol, quadras, ginásios poliesportivos, as 17 academias ao ar livre instaladas em praças, distribuem-se em todas as regiões.

Grande parte das iniciativas esportivas na cidade se dão por iniciativa da comunidade. A cidade sedia 37 Federações e 5 Associações agregando as mais diversas manifestações esportivas. Diversas instituições mantêm praças esportivas, a exemplo dos órgãos do Sistema S, como o Serviço Social da Indústria que desenvolve programas de formação esportiva em futsal, natação, karatê e vôlei (Unidades Barra do Ceará e Parangaba), karatê (Barra do Ceará), e do Serviço Social do Comércio – SESC.

1.8. HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Segundo apontam os estudos realizados para elaboração do PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social), Fortaleza tem 843 assentamentos precários, os quais abrigam 1.077.000 habitantes predominantemente de baixa renda. Boa parte dos arranjos ocupa, de forma ilegal e clandestina, terrenos de propriedade pública, e de acordo com o referido plano, 246.231 imóveis compõem os assentamentos precários. Portanto, 44% da população de Fortaleza residem nestes assentamentos precários, em situação de grande vulnerabilidade social.

Considerou-se como Assentamento Precário uma porção do território da cidade onde residem comunidades em situação de grande vulnerabilidade, decorrente de um ou mais dos fatores abaixo indicados:

- Grande incidência de crimes;
- Grande incidência de doenças devido à ausência de saneamento;
- Localização em zonas de riscos (acidentes, alagamentos, desmoronamentos, etc.);
- Moradias precárias, de má qualidade, insalubres e/ou com risco estrutural;
- Adensamento excessivo conjugado a forma urbana não planejada despida de espaços de circulação, lazer e integração social;
- Grande distância entre o assentamento e serviços públicos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer;
- Ausência de oportunidades de emprego e renda, contribuindo para a exclusão produtiva da comunidade residente nestes assentamentos.

Assentamentos por tipologia, número de domicílios, de habitantes e de famílias

	Total por tipologia	Estimativa de habitantes	Estimativa do nº de famílias	%
Favelas	622	711.784	177.946	66,09
Conjuntos habitacionais	48	138.263	34.566	12,84
Mutirão	128	166.284	41.571	15,44
Loteamento irregular*	16	60.728	15.182	5,64
Cortiço**	29	Sem informação	Sem informação	–
TOTAL	843	1.077.059	269.265	–

* Mapeamento dos loteamentos irregulares incompleto.

**Mapeamento dos cortiços referentes à área central a partir de dados do Plano de Habitação do Centro (2010)

Fonte: IBGE 2000 e 2010 e PLHIS-FOR, 2010-2012

Muito embora os assentamentos precários ocupem apenas 10,81% do território municipal (estimativa de área ocupada pelos assentamentos é de 33,95 km², enquanto a área total de Fortaleza 314,930 km²), cerca de 47%, ou seja, 246.231 domicílios, quase metade dos 526.079 domicílios (IBGE/2000) estão localizados em assentamentos precários.

Os números apurados pelo PLHIS trouxeram à tona a realidade das exclusões social, econômica, ambiental, jurídico-fundiária e cultural, além do tamanho da cidade informal, ou não-cidade, lugares de produção de injustiça, precariedade habitacional, segregação e extrema desigualdade sócio-espacial.

Para sanar o déficit habitacional e garantir a moradia digna, salubre e segura para todos que habitam em Fortaleza, segundo o PLHIS, serão necessários 3.264.006 m² de área urbanizada, para abrigar a construção de 74.607 novas unidades habitacionais (déficit quantitativo). Ao mesmo tempo, 44.060 imóveis necessitam de melhorias habitacionais, 218.699 imóveis necessitam de obras urbanização e 33.776 imóveis necessitam de gerenciamento de risco, para que permaneçam onde estão, e 145.601 imóveis necessitam de legalização da posse.

DÉFICIT HABITACIONAL

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Incluem-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. O estudo Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2012 apresenta as informações mais recentes sobre as necessidades habitacionais no Brasil, calculadas de acordo com a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP). A metodologia da FJP é considerada referência entre os estudiosos da questão habitacional e adotada oficialmente pelo governo federal. Ao se considerar os municípios brasileiros, os maiores déficits habitacionais estavam em São Paulo (582 mil unidades) e Rio de Janeiro (291 mil). Fortaleza apresentava em 2012 um déficit de 123 mil unidades, um pouco abaixo de Recife (103 mil) e Salvador (107 mil). Porém, em termos relativos, a Região Metropolitana de Fortaleza apresenta a pior condição (10,9%), bem abaixo das regiões melhor posicionadas, tais como Porto Alegre (5,3%) e Curitiba (6,5%).

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Porto Alegre (2012)	MÉDIA BRASIL
Déficit habitacional (%)	10,9	5,3	8,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2012

2. DESENVOLVIMENTO URBANO

Não se pode dizer que a atual forma urbana da cidade, apartada, espelhando no território a grande desigualdade social e econômica que há décadas só vem se acentuando, seja fruto de um ou parte dos inúmeros planos urbanísticos já elaborados, tendo em vista deles quase nada foi executado.

A forma urbana da cidade é fruto de um planejamento fragmentário, pautado em decisões tomadas sem levar em conta todos os impactos e as complexas interações que conformam o contexto urbano, decisões provocadas por demandas tempestivas ou pontuais, vendo apenas o curto prazo ou para atendimento de interesses de pequenos grupos em detrimento dos interesses da coletividade.

A ocupação do território de Fortaleza desde suas origens vem transcorrendo de forma dispersiva, despida de um plano mestre que oriente esta construção, que indique a melhor forma de alocar as diversas atividades e oportunidades no território da cidade (morar, estudar, trabalhar, comprar, se divertir, praticar esportes, etc.), que fortaleça a identidade e integração das várias comunidades que habitam na cidade, que promova a redução da dependência de veículos automotores para deslocamentos cotidianos. Ao contrário de como deveria, os bairros periféricos vão sendo projetados como meros dormitórios, despido de ofertas de emprego e renda, educação, saúde, cultura e lazer.

Surge assim uma forma urbana caótica, cara para o poder público, cara para a comunidade uma vez que compromete a qualidade de vida na cidade dado os vários problemas que nela se apresentam, tais como distribuição desigual de oportunidades de emprego e renda, distribuição desigual dos equipamentos públicos, infraestrutura e ofertas de serviços, além do descasamento entre as soluções de transporte público e o uso do solo. Ao contrário de uma cidade mais compacta, cuja ocupação não dispersa e planejada viabilizaria o desenvolvimento de corredores interligando policentralidades (núcleos com diversificação de atividades e usos, com oferta combinada de moradia, trabalho, comércio, escola, etc.) através de transportes públicos de massa, como VLTs, Metrô, BRTs, o que reduziria a demanda por viagens com veículos particulares favoreceria a locomoção a pé ou de bicicleta, permitiria a reserva de grandes áreas verde para cumprirem seus serviços ecossistêmicos e atuarem como conectores urbanos, dentre outras dezenas de vantagens.

3. MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE



A mobilidade, ou melhor dizendo a acessibilidade em Fortaleza, em pouco mais de duas décadas ficou ainda mais comprometida, tendo em vista que projetos para tratar deste assunto foram desenvolvidos sob a ótica exclusiva de engenheiros de transportes, não atuando portanto na causa do problema, e sim em soluções caras e paliativas (alargamento de vias, colocação de viadutos e tuneis, corredores, linhas de VLTs e metrô, dentre outros projetos e ações oriundos de visão fragmentária da causa do problema).

Ocorre que é planejando a distribuição equilibrada e estratégica das diversas atividades ao longo do território da cidade (lei de uso e ocupação do solo, densidades e projetos de operações urbanas) que se resolve na origem a grande dependência do uso de veículos (públicos ou privados) para estes deslocamentos diários, alocando nos bairros periféricos ofertas de emprego e demais atividades cotidianas. Além da diversificação e intensificação de atividades nas policentralidades devidamente conectadas, o adensamento de atividades e ocupações em áreas onde já há oferta de modais de transporte de massa de alta capacidade/velocidade (trem, metrô, BRTs, etc.) viriam a viabilizar tais investimentos nestes modais, inviáveis se passam em áreas de ocupação rarefeita e de baixa densidade populacional.

Com a estagnação da oferta de transportes públicos coletivos, brusco aumento da frota de veículos particulares, construções de grandes conjuntos habitacionais na periferia e extrema concentração da oferta de emprego e renda no lado oposto a estes conjuntos, a população da cidade passa a realizar diariamente deslocamentos pendulares do tipo casa-trabalho, cujo destino é concentrado em poucos bairros da região central e nordeste da cidade (Centro, Aldeota, Meireles), causando grandes congestionamentos e perda de velocidade no trânsito.

Várias medidas para ampliar a qualidade do sistema de transportes públicos e aumentar o número de usuários foram implantadas nos últimos dois anos e meio com grande sucesso. Além da flexibilização gerada pelo bilhete único, já é perceptível a redução substancial no tempo de viagem dos ônibus que percorrem faixas exclusivas. A implantação de ciclofaixas, do Bicicletar e das ciclofaixas de lazer nos fins de semana vem aos poucos ampliando o número de pessoas que passam a usar ou começam a cogitar sobre o uso da bicicleta como meio de transporte.

A crescente circulação de motocicletas, no entanto, tratada pela população como solução de mobilidade, tornou-se grave problema de saúde pública, cujos acidentes são a causa de aproximadamente 17,8% dos atendimentos do IJF, afetando a saúde de aproximadamente 1.800 pessoas por mês, e a vida de muitos destes.

Os espaços e logradouros da cidade em sua grande maioria não atendem as normas brasileiras de acessibilidade universal, dificultando sobremaneira o deslocamento de deficientes físicos, idosos ou mesmo gestantes.

4. MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, CULTURAL E AMBIENTAL

A ocupação dispersa e acelerada que se deu em Fortaleza, decorrente de controle urbano negligente e legislação que sequer atende orientações do Código Florestal Brasileiro, eliminaram de nossa cidade a quase totalidade de sua cobertura verde, promoveram grande degradação dos recursos hídricos, impermeabilização excessiva do solo, onde se incluem a grande impermeabilização das dunas, além de degradação e descaracterização de nossas paisagens naturais, tão importantes como legados ambientais e culturais.

ÁREA VERDE POR HABITANTE (METRO QUADRADO POR HABITANTE)

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que o ideal recomendado de área verde por habitante é de 12m²/hab. Entretanto, segundo dados do Programa Cidades Sustentáveis, a cobertura em Fortaleza, em 2012, era de 2,67 m² de área verde por habitante. A proposta da PMF é atingir em 2016 a taxa de cobertura de 8m²/hab. e, em 2020, a mais de 15m²/hab.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Recife (2012)	DADO REFERÊNCIA (ONU)
Áreas verdes por habitante (metro quadrado por habitante)	2,67	46,02	12,0

Fonte: Programa Cidades Sustentáveis, Base de dados: SEINF/PMF/IBGE, 2012

5. SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA DOMICILIAR

No âmbito do saneamento urbano, a ampliação da rede de esgoto é a que apresentou menor progresso ao longo das últimas décadas, possuindo hoje a menor cobertura, se comparada às demais infraestruturas domiciliares (água, coleta de lixo, energia e drenagem) provocando ligações clandestinas de esgoto ao sistema de coleta de águas pluviais, ou mesmo a rios, lagoas e praias, comprometendo o uso destes recursos para consumo e banho.

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A falta de sistemas de esgotos nas cidades é sem dúvidas um problema de saúde pública, pois pode provocar doenças que são transmitidas por meio hídrico ou pelo contato direto com o esgoto. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% das

doenças que ocorrem nos países em desenvolvimento são ocasionados pela contaminação da água, e que a cada ano, 15 milhões de crianças de zero a cinco anos de idade morrem direta ou indiretamente pela falta ou deficiência dos sistemas de abastecimento de águas e esgotos. Ainda hoje, no Brasil, 55,5% da população não são atendidos por rede de esgoto, sendo 48,9% da área urbana e 84,2% da área rural (segundo relatório IBGE, 2000). Dados do IBGE/PNAD de 2012 mostram que a Região Metropolitana de Fortaleza apresentava um percentual de 73,3% da população servida por esgotamento sanitário, bem abaixo das regiões melhor posicionadas, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, cujos percentuais atingem, respectivamente, 96,9%, 94,5% e 94,1%. Segundo o Censo Demográfico de 2010, Fortaleza apresentava uma taxa de 59,3% de domicílios particulares permanentes ligados a rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário, bem abaixo de Belo Horizonte, cujo percentual era de 96,1%. A universalização do acesso aos serviços de esgoto é um objetivo legítimo das políticas públicas porque tem impactos importantes sobre a saúde, o ambiente e a cidadania.

É importante destacar que esta cobertura não se limita a rede de coleta de esgoto, mas também ligações (clandestinas ou não) à rede destinada a coleta de água das chuvas (drenagem), o que vem produzindo contaminação de rios, lagoas e praias.

Mas a realidade é muito pior segundo a percepção da população no seu cotidiano. Mesmo onde existe a rede constatam-se problemas de toda ordem, como obstrução, entupimento e rompimento do sistema, com transbordamento do esgoto nas ruas, em grande parte resultado da falta de manutenção corretiva e preventiva da empresa responsável pelo serviço. As fossas também costumam estourar em algumas áreas, com prejuízo para a qualidade de vida da população.

Em alguns bairros, de acordo com as lideranças locais, como não existe sistema de esgoto: todo o resíduo das residências é jogado diretamente nos canais, gerando grande poluição e degradação sanitária nos bairros. O esgotamento sanitário se complica pelas deficiências no sistema de drenagem, que vem provocando inundação, alagamento de muitas ruas e assoreamento das redes de coleta e canais de escoamento.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Salvador (2010)
Proporção de domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário (%)	59,3	91,1

Fonte: IBGE/PNAD, 2012

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO

Dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, indicam que 98,8% dos domicílios Particulares Permanentes em Fortaleza possuem coleta de lixo, percentual ligeiramente superior ao obtido em Recife (97,9%) e Salvador (96,7%). Na cidade de Curitiba 99,9% dos domicílios permanentes possuem este serviço, seguido por Florianópolis, São Paulo e Vitória, todas com 99,8%.

Apesar do reconhecimento da abrangência da coleta de lixo, a comunidade destaca muitas falhas e deficiências do sistema de forma diferenciada nos diversos bairros e mesmo ruas da cidade. Em vários bairros foi constatada acúmulo de lixo nas ruas e deficiência no recolhimento de entulhos. Grande parte da população consultada responsabiliza a própria sociedade pelo acúmulo de lixo nas calçadas: em um dos bairros foi dito que “a própria comunidade causa danos colocando lixo aonde não deve”; e em outro que “o problema é decorrente da população que joga lixo nas ruas e em locais impróprios”. Houve, por outro lado, referência específica à deficiência na capinação das ruas que, segundo dizem, estimula os transeuntes a jogar lixo. Apenas um dos bairros destacou como problema adicional a falta de coleta seletiva de lixo.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo São Paulo (2010)
Proporção de domicílios com coleta de lixo (%)	98,8	99,8

Fonte: IBGE, 2010

ÁGUA

Além de quase 7% dos domicílios não terem acesso à rede de abastecimento de água, como mostram os dados estatísticos, a realidade é desigual nas Regionais e bairros. Mesmo onde a rede já está instalada, constata-se uma irregular disponibilidade decorrente de interrupções e baixa pressão no sistema. A consulta à sociedade demonstrou que os dados agregados não conseguem expressar corretamente o cotidiano da maioria das famílias de Fortaleza, mesmo no acesso à água que tem os melhores indicadores. Ainda há famílias em vários bairros sem acesso à água potável, constata-se frequente irregularidade e suspensão temporária no suprimento em diversas áreas, além da precariedade total nas favelas. Foi identificado também o uso de muitos poços artesianos em alguns bairros do município.

PERDA DE ÁGUA TRATADA (%)

O Brasil ocupa a 20ª posição em um ranking com 43 países em termos de perda de água tratada. O levantamento foi feito pelo IBNET (International Benchmarking Network for Water and Sanitation Utilities), com dados de 2011. De acordo com o estudo, o Brasil perde 39% de sua água tratada. As perdas antes que a água chegue ao consumidor final incluem casos como vazamentos e ligações clandestinas. A quantidade de água desperdiçada inclui perdas com vazamentos em adutoras, redes, ramais, conexões, reservatórios e outras unidades operacionais do sistema. Esses vazamentos são verificados principalmente em tubulações da rede de distribuição, provocados especialmente pelo excesso de pressão em regiões com grande variação de relevo. Os estados do Sudeste e do Centro-Oeste estão abaixo da média nacional de perda de água tratada, com índice de 33,4%. A região que tem esse tipo de desperdício mais acentuado é a Norte (50,8%), seguida por Nordeste (45%) e Sul (35,1%). O “Ranking do Saneamento 2014” fez um diagnóstico dos principais indicadores de saneamento básico (abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; perdas; investimentos/arrecadação) dos 100 maiores municípios brasileiros, a partir de dados extraídos do SNIS 2012 (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) do Ministério das Cidades. Esse indicador mede o nível de perdas no município, em porcentagem da água produzida. Quanto menor for essa porcentagem, melhor classificado o município deve estar no Ranking, pois uma menor parte de sua água produzida é perdida ou deixa de ser faturada. Fortaleza, com 37,6%, tem um nível de eficiência levemente superior a média dos 100 municípios do ranking, que é de 39%. Recife e Salvador apresentam uma posição mais desfavorável, respectivamente, de 62% e 48,7%. Entre as maiores capitais, destaca-se Florianópolis, com um percentual de 5,7%. O relatório destaca que o patamar ideal de perdas de um município é 15% (Parâmetro Qualidade). Ou seja, se um município possui perdas de água de 15% ou menos, considera-se que esse município tem um bom indicador de perdas de água, merecendo conceito 10 para fins de cálculo no Ranking.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Recife (2012)
Perda de água tratada (%)	37,6	62,0

Fonte: IBGE, 2010

ENERGIA E ILUMINAÇÃO

Dados do IPEA (Índice de Vulnerabilidade Social) mostram que quase cem por cento dos domicílios de Fortaleza têm acesso à rede elétrica (precisamente 99,75%) o que significa que apenas 0,25% dos domicílios não contam com eletricidade. A percepção da

sociedade tende a confirmar estes números, mas aponta para problemas na qualidade do atendimento; segundo constatado em alguns bairros, ocorrem frequentes oscilação, quedas e interrupções de energia elétrica. A deficiência maior, segundo as comunidades, reside na iluminação pública. De um modo geral, em todas as Regionais foi destacada a precariedade da iluminação das ruas e praças, o que facilitaria atos de violência e insegurança da população. Existem ruas dos bairros que não têm postes ou estão com as lâmpadas queimadas, resultado da falta de manutenção das luminárias e postes, e da poda de árvores. O sentimento geral é que a cidade está escura. Mesmo quando há iluminação, a luz amarela deixa as ruas escuras.

6. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A cidade abriga um conjunto amplo de formas associativas que desempenham funções de natureza social, cultural, política e religiosa e que, ao longo das últimas décadas vêm modificando suas práticas de atuação. Diagnóstico realizado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor, em 2013, identificou a existência de 438 diferentes conselhos de participação social em Fortaleza, sendo 285 do tipo escolar, 112 do tipo local de saúde e 31 de diferentes espécies. O mesmo diagnóstico observou que boa parte dos canais de diálogo da sociedade com o poder público não cumpriam o papel que lhes era reservado na construção de uma política pública de participação social. A inatividade, a desorganização no funcionamento e a ausência de mecanismo de monitoramento e avaliação dos conselhos, bem como o hiato na via de retorno do poder público às demandas propostas, foram alguns dos aspectos observados na aferição da hipótese.

7. ECONOMIA, MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Apesar de Fortaleza assumir uma boa posição quanto ao PIB, sua renda per capita é relativamente baixa e há enorme variação de renda média entre seus distintos territórios, tão desiguais.

As atividades de comércio de bens e serviços prevalecem e crescem em participação, reduzindo a cada ano a participação da indústria de transformação em sua economia.

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

A renda domiciliar per capita é um dos mais importantes indicadores para a avaliação da condição de vida da população e é empregada na mensuração da pobreza e dos níveis de desigualdade. Ela representa a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores. Fortaleza ocupa a 3530 posição no ranking entre os 5.565 municípios brasileiros. A melhoria dos rendimentos em cidades metropolitanas é alcançada pela ampliação dos investimentos públicos e

privados e pela atração de empresas, o que no caso de Fortaleza, cujos negócios se concentram em atividades de comércio e serviços, e que exigem mão-de-obra qualificada. Para ampliar a renda domiciliar per capita, somente com um contexto macroeconômico favorável, a ampliação das políticas sociais de transferência de renda e as mudanças demográficas, podem colocar Fortaleza em uma posição mais favorável nacionalmente. A renda domiciliar per capita de Fortaleza era de R\$ 857,54, em 2010, enquanto Niterói, Florianópolis e Vitória alcançavam, respectivamente, R\$ 2.031,18, R\$ 1.905,06 e R\$ 1.801,49.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Recife (2010)
Renda domiciliar per capita (R\$)	857,54	1.109,01

Fonte: IBGE, 2010

PERCENTUAL DO TRABALHO INFORMAL (% SEM CARTEIRA ASSINADA)

A informalidade é um fenômeno decorrente das transformações pelas quais vem passando a sociedade contemporânea, dentre essas se destacam a crise que o economia vem enfrentando desde meados dos anos 70, a reestruturação produtiva do capital, impulsionada em grande parte pelas novas tecnologias e técnicas de gestão do trabalho e as mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na década de noventa. Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) a informalidade atinge 30,9% da população ocupada. Ou seja, quase 1/3 da população adulta ocupada dedicada inteiramente ao trabalho está exercendo algum tipo de atividade sem carteira de trabalho assinada. Esse número é o maior índice de informalidade entre as seis regiões estudadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Os dados incluem quem não tem carteira assinada, autônomos e empregados domésticos. O estudo leva em consideração que 80% dos empregados domésticos não têm carteira assinada. As taxas de informalidade em Recife e Salvador alcançam, respectivamente, 25,5% e 25,3%, enquanto Porto Alegre e Brasília apresentam números mais satisfatórios, tendo reduzido, de forma significativa, a informalidade no mercado de trabalho. Para essas cidades as taxas de informalidade alcançam, respectivamente, 18,9% e 17,2%.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2012)	Dado comparativo Recife (2012)
Percentual do trabalho informal (% sem carteira assinada)	30,9	25,5

Fonte: DIEESE, 2012

JOVENS POBRES VULNERÁVEIS QUE NÃO TRABALHAM E NEM ESTUDAM (% DE 15 A 24 ANOS)

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a maioria dos jovens que não trabalham e nem estudam está inserida em domicílios de renda mais baixa e depende fortemente do apoio familiar. Além disso, a escolaridade foi vista como fator primordial para a participação nas atividades econômicas do país, ou seja, quanto maior a escolaridade dos pais, maior a frequência do jovem à escola. Isso explica a falta de interesse, pois o grupo que nem trabalha e nem estuda mora com os pais e acaba tendo como referência alguém que não deu continuidade nos estudos. Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) baseados no Atlas da Vulnerabilidade Social mostram que o número de jovens de 15 a 24 anos que residem em domicílios com renda domiciliar per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo que não estudava nem trabalhava em Fortaleza foi de 11,48%, bem acima das cidades melhor posicionadas, Belo Horizonte, Florianópolis e Porto Alegre, cujos percentuais atingem, respectivamente, 2,6% e 4,9%. Recife e Salvador apresentam valores próximos aos obtidos por Fortaleza, respectivamente, 12,6% e 11,3%. A busca de ocupações para esses jovens é um dos desafios para o Fortaleza 2040, não somente para ampliar a renda familiar, mas principalmente para melhoria das condições sociais desses jovens, por meio de projetos que desenvolvam competências necessárias à inserção em programas de educação profissional ou no mercado de trabalho.

Indicador	Dado atual de Fortaleza (2010)	Dado comparativo Recife (2010)
Jovens que não trabalham e nem estudam (% de 15 a 24 anos)	11,48	12,6

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015

GLOSSÁRIO



Acessibilidade – Facilidade facultada às pessoas para atingirem um destino, utilizando um determinado sistema de transportes, dependente da existência da escolha modal, do custo ocasionado pela deslocação, do tempo de percurso, da segurança em todas as etapas da viagem e da compatibilidade das limitações individuais relativas a horários e capacidades físicas.

Assentamentos precários – Um assentamento precário é uma porção do território da cidade onde residem comunidades em situação de grande vulnerabilidade, decorrente de um ou mais dos fatores abaixo indicados:

- Grande incidência de crimes;
- Grande incidência de doenças devido à ausência de saneamento;
- Localização em zonas de riscos (acidentes, alagamentos, desmoronamentos, etc.);
- Moradias precárias, de má qualidade, insalubres e/ou com risco estrutural;
- Adensamento excessivo conjugado a forma urbana não planejada e perda de espaços de circulação, lazer e integração social;
- Grande distância entre o assentamento e serviços públicos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer;
- Ausência de oportunidades de emprego e renda, contribuindo para a exclusão produtiva da comunidade residente nestes assentamentos.

Biodiversidade – É a grande variedade de formas de vida (animais e vegetais) que são encontradas nos mais diferentes ambientes.

Ecosistemas – Um sistema composto pelos seres vivos (meio biótico) e o local onde eles vivem (meio abiótico, onde estão inseridos todos os componentes não vivos do ecossistema como os minerais, as pedras, o clima, a própria luz solar, e etc.) e todas as relações destes com o meio e entre si.

Emissão de gases de efeito estufa – Efeito criado na atmosfera terrestre devido a gases como o CO₂, que deixam passar para a Terra a radiação proveniente do sol, mas que retêm a radiação depois de refletida na Terra, retendo assim o calor, como numa estufa. O efeito de estufa é útil, necessário à vida pois mantém calor na Terra, mas a alteração no equilíbrio da atmosfera, devido à excessiva emissão de gases, está a influenciar este processo de uma forma nociva, fazendo com que fique mais calor retido, aumentando a temperatura da atmosfera e podendo conduzir a alterações climáticas. A contabilização de emissões de gases em efeito estufa decorrentes do setor dos transportes é realizada na unidade internacional mais aceita, ou seja, em termos de CO₂ equivalente (CO₂eq).

Forma urbana – A forma urbana pode ser definida como a relação entre as construções e espaços livres no interior de uma aglomeração ou de diferentes tipos de conjuntos de componentes urbanos (quadras, ruas, avenidas, parques, praças), segundo as articulações e as disposições específicas requisitadas pelos contextos sociais, econômicos, históricos, políticos ou geográficos.

Infraestrutura urbana – Sistemas técnicos de suporte direto ao funcionamento dos aglomerados urbanos ou da edificação em conjunto. As infraestruturas urbanas incluem os sistemas intraurbanos de circulação, contendo as redes e instalações associadas aos diferentes modos de transporte, incluindo o pedonal, e as áreas de estacionamento de veículos.

Mercado de trabalho – Relação entre a oferta de emprego e a procura de emprego.

Mobiliário urbano – É um termo coletivo para objetos e equipamentos instalados em ruas e estradas para diversos propósitos. De modo geral, são peças e equipamentos instalados em meio público, para uso dos cidadãos ou como suporte às redes urbanas fundamentais, tais como: rede de água, rede de luz e energia, caixas de coleta de Correios, lixeiras e coletores diversos, entre outros.

Policentralidade – A estrutura espacial caracterizada pela existência de um único centro de emprego para uma nova estrutura, na qual coexistem vários centros de emprego nas mesmas, ao contrário de estruturas que se caracterizam por um único centro de emprego.

Regularização fundiária – Em termos gerais, é o processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades.

Sistema viário – É o conjunto das vias de transição, arteriais e coletoras, constituindo o principal suporte físico à mobilidade urbana.

Taxa de permeabilidade do solo – É a relação entre a soma de todas as áreas com capacidade de absorção de chuvas pelo solo de um determinado espaço e a sua área total.

Unidades de conservação – São espaços territoriais e seus componentes, abrangem as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de preservação/conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção

Uso do solo – Formas de aproveitamento do solo desenvolvidas ou instaladas num determinado território.



Prefeitura de
Fortaleza